



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SEXTA CÂMARA CÍVEL

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 223863-9

AGRAVANTE: CONSTRUTORA OAS LTDA.

AGRAVADA: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

RELATORA SUBSTITUTA: Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA PELA QUAL, NOS AUTOS DE CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA, INDEFERIU-SE O PEDIDO DA EXEQUENTE/RECORRENTE DE RECONHECER COMO ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA O FATO DE A EMPRESA DEVEDORA AINDA NÃO TER EFETUADO O DEPÓSITO DO VALOR PROVISORIAMENTE EXECUTADO, BEM COMO O DE SE VALER DE MEIOS ARDILOSOS NO INTUITO DE FRUSTRAR A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO AO UTILIZAR "COM EXCLUSIVIDADE A FERRAMENTA DE GESTÃO FINANCEIRA CONHECIDA COMO SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL, OBSTANDO DE MODO ABUSIVO A CIRCULAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DAS CONTAS BANCÁRIAS DE SUA TITULARIDADE".

- O PRINCÍPIO, NORTEADOR DO PROCESSO DE EXECUÇÃO, DA MENOR ONEROSIDADE PARA O DEVEDOR DEVE SER SEMPRE SOPESADO PELO

1033

JULGADOR, JÁ QUE TAMBÉM HÁ PREVISÃO LEGAL EXPRESSA NO SENTIDO DE QUE A EXECUÇÃO DEVE SE REALIZAR NO INTERESSE DO CREDOR, NOS TERMOS DO ART. 612 DO CPC, DESTACANDO-SE, ADEMAIS DISSO, A CAPACIDADE FINANCEIRA DA EMPRESA PARA ARCAR COM A OBRIGAÇÃO; ASSIM, SE O EXECUTADO DISPÕE DE DINHEIRO PARA FAZER FRENTE À CONDENAÇÃO, NÃO HÁ PORQUE DIFICULTAR O PAGAMENTO, COMO NO CASO DOS AUTOS, PORQUANTO INJUSTIFICADAS AS ALEGAÇÕES DA EMPRESA EXECUTADA QUANDO ALEGA A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA SIAFI PARA O NÃO CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL, INVIABILIZANDO, ASSIM, A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO DEVIDO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO, NO SENTIDO DE QUE A PRESIDÊNCIA NACIONAL DA CBTU SEJA PESSOALMENTE INTIMADA (POR MEIO DE OFÍCIO ENTREGUE AOS PATRONOS DA AGRAVANTE, OBJETIVANDO A CELERIDADE PROCESSUAL QUE O CASO REQUER), PARA REALIZAR, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, O DEPÓSITO DO VALOR EQUIVALENTE AO CRÉDITO EM EXECUÇÃO, NO IMPORTE DE R\$ 55.649.537,55 (CINQUENTA E CINCO MILHÕES, SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS), DEVIDAMENTE ATUALIZADO E À DISPOSIÇÃO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, SOB PENA DE NÃO O FAZENDO INCIDIR NA MULTA PREVISTA NO ART. 601 DO CPC QUE, DE LOGO, FICA ARBITRADA NO PERCENTUAL DE 20% (VINTE) POR CENTO DO VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO EM EXECUÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS SANÇÕES PREVISTAS NO CITADO ART. 601 DO CPC. DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do agravo de instrumento nº 223863-9, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora (julgamento realizado em ).

Recife, 24/09/ de 2013.

  
**Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro**  
**Relatora substituta**

1907  
Ju



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 223863-9**

**AGRAVANTE: CONSTRUTORA OAS LTDA.**

**AGRAVADA : COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**

**RELATORA SUBSTITUTA: Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro**

**RELATÓRIO:**

A CONSTRUTORA OAS LTDA. interpõe o presente agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, insurgindo-se contra decisão de 1ª instância pela qual, nos autos do cumprimento provisório de sentença de nº 001.2005.202827-6/02 (NPU 0204765-09.2005.8.17.0001), o MM. Juiz de Direito que preside o feito cuidou de indeferir o pedido da exeqüente, ora recorrente, de reconhecer como ato atentatório à dignidade da Justiça o fato de a empresa devedora ainda não ter efetuado o depósito do valor provisoriamente executado (R\$ 55.649.537,55 - cinquenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), bem como pelo fato de se valer de meios ardilosos no intuito de frustrar a satisfação do crédito ao utilizar "com exclusividade a ferramenta de gestão financeira conhecida como SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, obstando de modo abusivo a circulação de recursos através das contas bancárias de sua titularidade"; informando a exeqüente, ainda, em suas razões recursais, que a determinação dantes emanada do MM. juiz *a quo* de bloqueio de recursos da executada por meio do sistema BacenJud restara infrutífera, uma vez que a empresa em questão não mantém recursos em contas bancárias, utilizando-se indevida e abusivamente do SIAFI (razões às fls. 02/20).

1908  
Ju

Às fls. 1727/1729 dos presentes autos encontra-se decisão, da lavra do eminente relator originário, Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, pela qual restava deferido o pleito de antecipação dos efeitos da tutela recursal, no sentido de que fosse imediatamente depositado, à disposição do Juízo de 1º grau, o valor equivalente ao crédito em execução, sob pena das sanções dos artigos 600 e 601 do CPC; tal decisão, no entanto, veio a ser objeto de retratativa (ver fls. 113/118 dos autos do agravo regimental nº 223863-9/01 – autos em apenso), tendo este último ato decisório sido mantido quando do julgamento do agravo regimental de nº 223863-9/03 (ver acórdão às fls. 38/39 – autos em apenso).

Intimada para a apresentação de contra-razões recursais, ofertou a agravada a peça processual de fls. 1793/1831, apontando, em síntese, que seria perfeitamente legal a utilização do SIAFI; no caso, sendo a CBTU uma sociedade de economia mista federal vinculada ao Ministério das Cidades, integraria a administração indireta da União, nos termos da Portaria nº 546/SPOA/SE/MCIDADES, bem como da Portaria nº 1 de 11.01.2010 da Secretaria do Orçamento Federal, que estabelecem em conjunto as normas para o cumprimento de sentenças judiciais; prossegue afirmando que, por força do disposto nos Decretos nº 93.872/86 e 200/67 e na Lei nº 4.320/64, a renda auferida com o exercício de sua atividade é depositada na Conta Única do Tesouro Nacional, estando sujeita às normas da administração pública em relação à questão de recursos financeiros, sendo que a movimentação financeira respectiva é realizada através do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal -; em assim sendo, a ora recorrida não possuiria contas ou aplicações para livre movimentação, sendo todo o seu movimento financeiro, incluindo despesas ou receitas da venda de bilhetagem, efetivado a débito ou a crédito da Conta Única do Tesouro Nacional – seria precisamente por esse motivo que a penhora *on line*, pelo sistema BacenJud, de numerário seu, determinada em 1ª instância resultara infrutífera.

Salienta, assim, que a utilização do SIAFI seria uma imposição legal, não se caracterizando, portanto, ato atentatório à dignidade da justiça apto a autorizar a aplicação das sanções previstas no artigo 601 do CPC,

1909  
Ju

uma vez que não haveria, por parte da CBTU, qualquer intuito de fraudar a execução ou de descumprir ordem judicial.

Prossegue afirmando que a OAS não teria envidado esforços suficientes para a satisfação de seu crédito, não tendo ao menos formulado pedido de intimação da agravante para que indicasse bens passíveis de penhora, a teor do que dispõe o artigo 652, § 3º, do CPC.

Aponta que o artigo 798 do CPC estabeleceria o poder geral de cautela do juiz, aduzindo que tal artigo deveria ser aplicado pelo tribunal em seu favor, tendo-se em vista a elevada soma de dinheiro público que teria de ser imediatamente despendida em caso de reforma do *decisum* de 1ª instância, aliando-se isso ao fato de o real valor do débito estar sendo atualmente discutido no STJ em sede de agravo interposto contra decisão pela qual se negara seguimento a recurso especial; pugna, portanto, pelo improvimento do recurso, mantendo-se a decisão de 1ª instância, bem como se afastando a multa aplicada, uma vez que a agravada não estaria praticando qualquer ato atentatório à dignidade da justiça e também porque não teriam sido esgotados pela agravante todos os meios e diligências legalmente previstos em busca da satisfação de seu crédito; pleiteia, ademais, alternativamente, na hipótese de ser mantida a decisão atacada, que seja revista a questão atinente à multa arbitrada, “reduzindo-se o percentual fixado a fim de que não se traduza em premiação à agravante onerando excessiva e injustamente a agravada, por ser medida de direito”.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 08 de abril de 2013.



**Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro**  
**Relatora substituta**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 223863-9**

**AGRAVANTE: CONSTRUTORA OAS LTDA.**

**AGRAVADA: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**

**RELATORA SUBSTITUTA: Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro**

**VOTO:**

Senhor Presidente,

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a):

A CONSTRUTORA OAS LTDA. interpõe o presente agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, insurgindo-se contra decisão de 1ª instância pela qual, nos autos do cumprimento provisório de sentença de nº 001.2005.202827-6/02 (NPU 0204765-09.2005.8.17.0001), o MM. Juiz de Direito que preside o feito cuidou de indeferir o pedido da exeqüente, ora recorrente, de reconhecer como ato atentatório à dignidade da Justiça o fato de a empresa devedora ainda não ter efetuado o depósito do valor provisoriamente executado (R\$ 55.649.537,55 - cinquenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), bem como pelo fato de se valer de meios arditos no intuito de frustrar a satisfação do crédito ao utilizar "com exclusividade a ferramenta de gestão financeira conhecida como SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, obstando de modo abusivo a circulação de recursos através das contas bancárias de sua titularidade"; informando a agravante, ainda, em suas razões recursais, que a determinação dantes emanada do MM. juiz *a quo* de bloqueio de recursos da executada por meio do sistema BacenJud restara infrutífera, uma

vez que a empresa em questão não mantém recursos em contas bancárias, utilizando-se indevida e abusivamente do SIAFI razões (fls. 02-20).

1036

No que se refere ao mérito do presente recurso, parecem-me relevantes as razões expendidas pela recorrente.

Em outras palavras, os argumentos trazidos pela agravante merecem prosperar, razão pela qual se impõe a reforma integral da decisão recorrida.

Com efeito, sabe-se que a CBTU é uma sociedade de economia mista vinculada à União, e como tal vem utilizando o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI - que acabou com os fundos nos caixas das empresas, ficando-se, assim, na dependência de prazo para a obtenção de recursos junto à Secretaria do Tesouro Nacional; daí presume-se, adveio a impossibilidade da constrição via bacenjud determinada pelo juízo de piso.

Contudo, essa singela justificativa, de que não existem fundos nos caixas da empresa tornando inviável o bloqueio do numerário é totalmente inócua, principalmente porque em nenhum momento nos presentes autos há menção da indicação de outros bens passíveis de penhora ou a possibilidade de vir a efetuar a dívida executada, não se vislumbrando, pois, intenção da agravada de solver o crédito ou garantir o juízo pela penhora ofertando outro bem dentro da ordem de gradação legal.

O princípio, que norteia o processo de execução, da menor onerosidade para o devedor deve ser sempre sopesado pelo julgador, já que também há previsão legal expressa no sentido de que a execução deve se realizar no interesse do credor, nos termos do art. 612 do CPC, destacando-se, ademais disso, a capacidade financeira da empresa para arcar com a obrigação.

E assim deve ser porque a gradação estabelecida para a sua efetivação tem por objetivo realizar o pagamento do exequente de modo mais fácil e célere, de sorte que, se o executado dispõe de dinheiro para fazer frente

W


1037  
à condenação, não há porque dificultar o pagamento, como no caso dos autos, porquanto injustificadas as alegações da empresa executada quando alega a utilização do sistema SIAFI para o não cumprimento da ordem judicial, inviabilizando, assim, a satisfação do crédito devido - já que, repito, não ofereceu qualquer outro meio seguro para a garantia da execução.

Por derradeiro, diga-se que se trata de execução originária de ação de conhecimento que tramita desde 2005, o que a toda evidencia fere o princípio da duração razoável do processo. E como dito linhas atrás, restou frustrada a penhora *on line*, não existindo mais, ao que parece, a oportunidade para o credor oferecer bens à penhora, pelo entendo razoável acolher o pedido da agravante de forma a não dificultar o credor que busca o Poder Judiciário como instrumento para satisfazer seu crédito, o que o faço seguindo a mesma lógica insculpida no § 3º do art. 652, do CPC.

Por tais fundamentos, voto pelo conhecimento do presente agravo, ao tempo em que lhe dou provimento, no sentido de que a Presidência Nacional da CBTU seja pessoalmente intimada (por meio de ofício entregue aos patronos da agravante, objetivando a celeridade processual que o caso requer), para realizar no prazo de 10 (dez) dias o depósito do valor equivalente ao crédito em execução, no importe de R\$ 55.649.537,55 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), devidamente atualizado e à disposição do juízo de primeiro grau, sob pena de não o fazendo incidir na multa prevista no art. 601, do CPC, que, de logo, fica arbitrada no percentual de 20% (vinte) por cento do valor atualizado do débito em execução sem prejuízo das demais sanções previstas no citado art. 601 do CPC.

É como voto.

Recife, 24/05/ de 2013.

  
**Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro**  
**Relatora substituta**